



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

115/2023

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, §4º, da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, inc. I e V do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, pedido de informação e maiores esclarecimentos sobre a fala apresentada pelo Presidente desta Casa, Vereador Gabriel, em seu discurso durante a discussão do Projeto de Lei nº 425/2022 na 3ª Reunião Ordinária do Plenário no dia 03/02/2023, em que apontou o seguinte:

*"(...)E pra fechar, o último assunto, segunda-feira passa a valer a outorga. A câmara tem como mudar? Não. A única pessoa que pode fazer algo a respeito do adiamento dessa validade chama-se Fuad Noman Filho, prefeito. Está fazendo? Está. É bom deixar isso claro aqui: **há equipes da Prefeitura trabalhando num projeto de lei, a ser enviado para a Câmara, para adiamento da questão da outorga.** E é bom que a Prefeitura deixe isso claro, sem mistério. Há visões internas diferentes da Prefeitura? Há. Há. E tudo bem. Isso chegando aqui, aí sim começa a tramitar".*

Diante dessa informação de que pode haver intuito da Prefeitura, ou qualquer tipo de procedimento ou estudo interno para adiamento da aplicação da outorga onerosa, prevista nos artigos 48 a 50 da Lei nº 11.181/2019 (Plano Diretor), cumpre solicitar informações a esse respeito. Em verdade, o pedido de informação também se baseia no fato de que a aplicação da outorga onerosa garantirá recursos ao Fundo Municipal de Habitação Popular - FMHP, importante mecanismo para a população deste Município.

Sobre esse ponto, diversas notícias<sup>1</sup> apontam que houve aumento da população em situação de rua no Município, e que a habitação continua sendo

<sup>1</sup> <https://bhaz.com.br/sem-categoria/populacao-situacao-rua-bh-triplica-10-anos/>

<https://www.itatiaia.com.br/editorias/cidades/2023/02/09/moradores-em-situacao-de-rua-triplicam-e-passam-de-5-mil-em-belo-horizonte>



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

importante questão social na cidade, sendo que o Fundo Municipal de Habitação Popular - FMHP vem como ferramenta necessária para combate à tão grave problema social, e corrobora do a luta para não alterar a legislação, em especial, não permitir o adiamento da aplicação da outorga onerosa.

Ante o exposto, requiero a Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, pedido de informação e maiores esclarecimentos, nos seguintes termos:

- 1- Há alguma equipe ou grupo de trabalho, na estrutura da Prefeitura de Belo Horizonte, que está analisando ou buscando proposições para alterar a Lei nº 11.181/2019 (Plano Diretor)? Em caso positivo, requer-se o envio de informações sobre o tema.
- 2- Em caso positivo, há análise específica com vistas a alterar os artigos 48 a 50 da referida lei? Em caso positivo, requer-se o envio de informações sobre o tema.
- 3- A Prefeitura busca, de alguma forma, discutir, debater ou propor alguma alteração na data de aplicação do instrumento de outorga onerosa no Município? Em caso positivo, requer-se o envio de informações sobre o tema.

Certo do atendimento, antecipo o agradecimento, renovando votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2023.

WAGNER DE JESUS  
FERREIRA:03699681661  
1661  
Vereador Wagner Ferreira

Assinado de forma digital por  
WAGNER DE JESUS  
FERREIRA:03699681661  
Dados: 2023.02.10 16:21:54  
-03'00'

PDT

Excelentíssimo Senhor  
Vereador Ciro Pereira  
Presidente da Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 10/02/2023 19:59:07 UTC  
Versão do software 2.11rc5

▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo RQN\_Informação Plano Diretor.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo bddaadfe1aac0e9cf6e9d8b5a5bc2aa92120  
1032bea8475123e2101cb8213a12  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=WAGNER DE JESUS FERREIRA:\*\*\*996816\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155,  
OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o  
padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 10/02/2023 19:21:54 UTC  
Status dos atributos Aprovados

► Informações do assinante

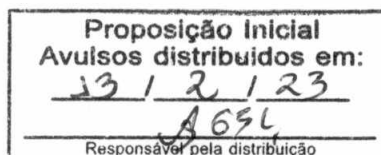
► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



## Requerimento de Comissão

116/2023

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, pedido de informação sobre relatos de cidadãos do Bairro Floresta.

Recebemos no gabinete algumas reclamações sobre alguns estabelecimentos localizados entre a Avenida do Contorno e a Rua Silva Jardim, no Bairro Floresta. Segundo relato de cidadãos que moram próximo ao local, os estabelecimentos, principalmente nos finais de semana, colocam música ao vivo em altíssimo volume durante toda a madrugada, em desacordo com a legislação municipal de emissão de ruídos.

Ainda segundo os relatos, os estabelecimentos Piranha's Bar, localizado na Rua Silva Jardim, nº 15A; Espanta Crise, localizado na Avenida do Contorno, nº 1790; e Bar da Lola, localizado na Avenida do Contorno, nº 1822, têm ignorado as notificações e multas aplicadas pela PBH, Polícia Militar e Polícia Civil, desrespeitando a legislação, as autoridades e os moradores.

Diante da situação exposta, questiona-se:

- 1) Qual o tipo de alvará cada um dos referidos estabelecimentos possui? Esse alvará permite que os referidos estabelecimentos possuam música ao vivo?
- 2) Os referidos estabelecimentos estão com o alvará dentro do prazo de validade?

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 13.02.23  
HORA: 11:42:02



3) A fiscalização municipal já notificou ou aplicou multas aos referidos estabelecimentos? Em caso afirmativo, favor informar quantas notificações/multas, os motivos e as respectivas datas.

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.

FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ  
NOVO

Assinado de forma digital por FERNANDA  
PEREIRA ALTOE:04519898641  
Dados: 2023.02.13 10:12:59 -03'00'

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

**ITI**Instituto Nacional de  
Tecnologia da Informação

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com  
MP 2.200-2/2001

Data de verificação 13/02/2023 11:44:12 BRT  
Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Sil xxx-2023 - Requerimento de Comissão  
Vereadora Fernanda Altoé.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo 157a3fab35aa4bbbd4099add07715dc86bdb1  
3fcea2c0acb7306ad51645e89  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC  
SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão  
(ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 13/02/2023 10:12:59 BRT

## ► Informações do assinante

## ► Caminho de certificação

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

13 / 2 / 23

4694

Responsável pela distribuição

## Requerimento de Comissão

**117/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Comissão, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, pedido de informação sobre relatos de cidadãos do Bairro Sion.

Recebemos no gabinete demanda dos moradores do Bairro Sion sobre a utilização indevida de um espaço, localizado na Rua Correias, nº 11, esquina com a praça Deputado Renato Azeredo (Praça Alaska), no Território 2 da Regional CENTRO-SUL.

Segundo relato dos moradores, o lote (em forma de triângulo) se parece com um canteiro, mas vem sendo usado para depósito de lixo, entulhos de obras, caixas de papelão, restos de festas, entre outros (conforme foto em anexo).

Cabe destacar que a solicitação de limpeza do espaço já foi realizada por meio do site da prefeitura de Belo Horizonte (PBH) por duas vezes, originando os seguintes protocolos:

- Protocolo nº 31.00358987/2022-31
- Protocolo nº 31.00585564/2022-48

Os moradores relatam, que as solicitações, embora destacadas como concluídas, não foram devidamente atendidas, pois o problema persiste.

Diante da situação exposta, questiona-se:

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 13/02/23  
HORA. 11:42:11

- 1) A área supracitada é de propriedade pública ou privada? Em caso de propriedade pública, pertence ao Município, ao Estado ou à União?
- 2) Caso a área supracitada seja da PBH, quais os planos da prefeitura para a utilização do local?
- 3) Há a possibilidade de se instalar um ponto limpo, de forma a evitar o depósito de lixos e entulhos no local?

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.

FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por  
FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2023.02.13 10:13:25 -03'00'

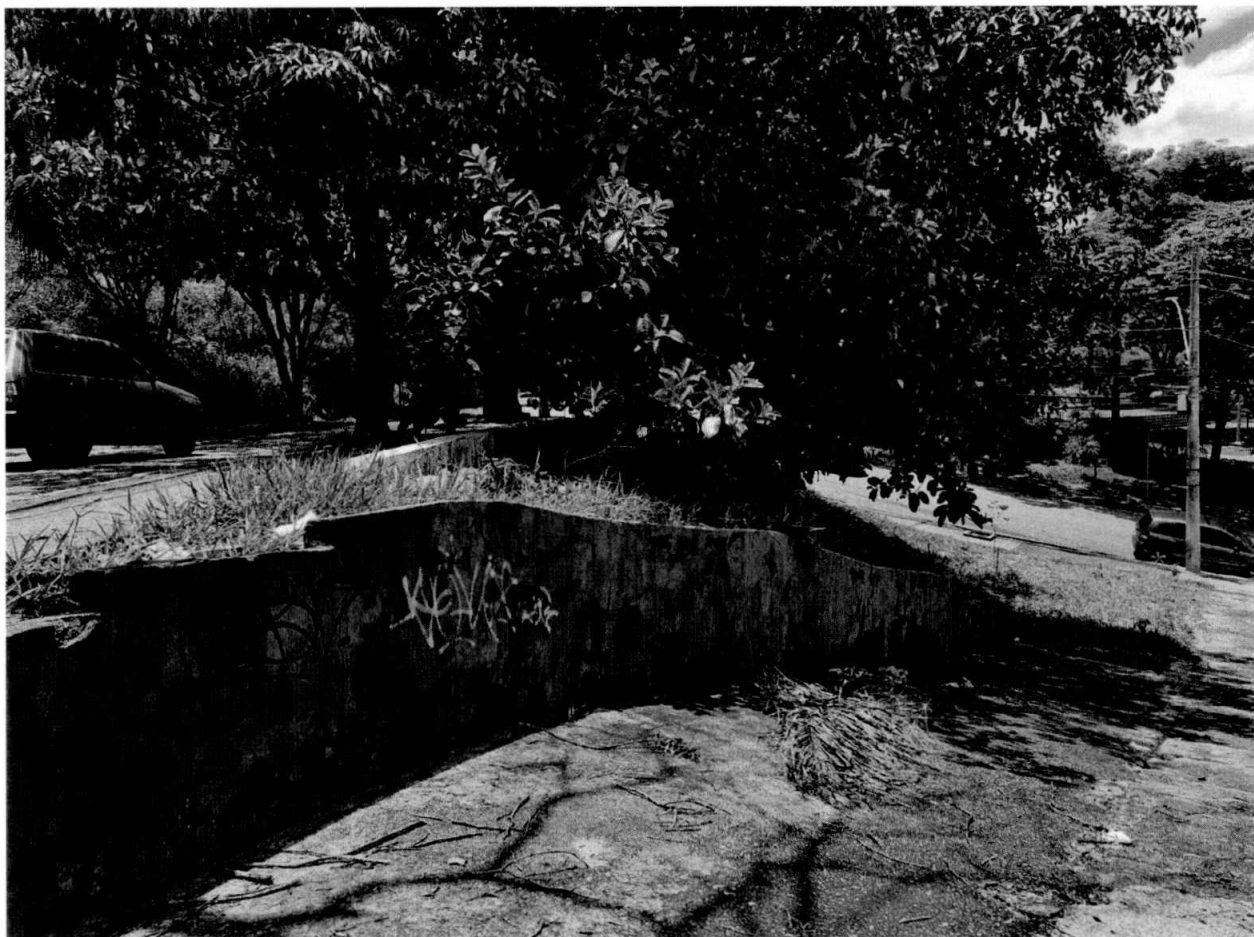
**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**  
**NOVO**

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

## ANEXO



**ITI**Instituto Nacional de  
Tecnologia da Informação

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com  
MP 2.200-2/2001

Data de verificação 13/02/2023 11:49:01 BRT  
Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo Sil 425-2023 - Requerimento de Comissão  
Vereadora Fernanda Altoé.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo c62ad6e03b9b316646f3257db20c82029f1189f  
10da88314f8ffd5b21deefde1  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

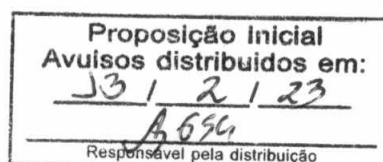
▼ BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC  
SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão  
(ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 13/02/2023 10:13:25 BRT

## ► Informações do assinante

## ► Caminho de certificação

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐

## Requerimento de Comissão

124/2023

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, ao Sr. Mário Werneck, Secretário Municipal de Meio Ambiente, e ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, pedido de informação contendo os seguintes questionamentos e solicitações sobre os contratos de capinagem e roçada da cidade de Belo Horizonte:

1 – Quais são as empresas prestadoras do serviço de capina e roçada no Município de Belo Horizonte? Favor enviar toda a documentação correlata (contratos, aditivos contratuais, etc.).

2 – Quais os valores pagos, anualmente, de 2016 a 2022, às empresas prestadoras do serviço? Favor enviar tabela discriminando os valores pagos durante o período, para cada um dos anos.

3 – Como funciona o serviço de capinagem no Município? Há um planejamento e uma periodicidade para a realização do serviço nas diversas áreas da cidade? Favor enviar o planejamento, se houver, e toda a documentação correlata.

4 – Qual a frequência do serviço prestado e como isso é controlado pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH)? Favor enviar documentos que comprovam a prestação do serviço.

5 – Com relação à execução do serviço de capina e roçada:

5.1 – Os serviços são prestados conforme demandas da cidade e dos cidadãos ou possui limites máximos contratuais?

5.2 – As empresas atuam a partir de ordens de serviço da Prefeitura? Existe um limite para atendimento de demandas pelas prestadoras do serviço ou as ações são remuneradas a partir do número de intervenções realizadas?

5.3 – Favor descrever detalhadamente como se dá a contratação e a execução dos serviços.

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.

FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por  
FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2023.02.13 10:07:59 -03'00'

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**  
**NOVO**

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



**ITI**Instituto Nacional de  
Tecnologia da Informação

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com  
MP 2.200-2/2001

Data de verificação	13/02/2023 11:57:31 BRT
Versão do software	2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo	Sil 426-23 - Requerimento de Comissão Vereadora Fernanda Altoé.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	94239ee076fea4913c557c3d470748f906d23544fa6515e9e172a5394043fdef
Tipo do arquivo	PDF
Quantidade de assinaturas	1

▼ BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC  
SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	13/02/2023 10:07:59 BRT

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

13/2/23

Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

RI **136/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Secretário Municipal de Meio Ambiente pedido de informação sobre o funcionamento do Abrigo de Equídeos da Prefeitura de BH, localizado no bairro Capitão Eduardo.

1. De que forma é gerenciado o espaço? Há participação de organização da sociedade civil na gestão?
2. Em caso de participação de organização da sociedade civil, solicito cópia na íntegra do instrumento jurídico que formaliza a parceria.
3. Como foi a forma de seleção do gestor do espaço?
4. Quem é o representante legal do gestor do espaço?
5. Quais são os valores repassados pela Prefeitura de Belo Horizonte para o funcionamento do abrigo?

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2023.


Ao Senhor

Professor Juliano Lopes

Presidente Interino da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

14 / 02 / 2023

 739  
Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUER 137/2023

Senhor Presidente, Ciro Pereira

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 76, § 4º da Lei Orgânica e do artigo 48, II, do Regimento Interno, o encaminhamento, por meio da mesa à Prefeitura de Belo Horizonte, para a Secretaria Municipal de Governo e para a Coordenadoria de Atendimento da Regional Pampulha, pedido de informação em relação a Avenida Fleming.

- 1) Quantas autuações foram realizadas aos estabelecimentos comerciais localizados na Av. Fleming no ano de 2022? Se possível, detalhar cada tipo de autuação e quantidade.
- 2) Em 2023, já teve autuações nesses estabelecimentos comerciais? Se sim, quantas? Se possível, detalhar cada tipo de autuação e quantidade.

Sem prejuízo de outras solicitações e/ou pedidos a partir destas informações iniciais, são estes os fundamentos e justificativas legais que se apresenta a esta comissão, estando cômico este Vereador quanto a seu dever Constitucional e legal nesta solicitação, com fundamento nos artigos 70 e 74 da Constituição de 88, aplicáveis por força do princípio da simetria à Lei Orgânica deste município, a partir dos artigos 95.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.

Vereador Ciro Pereira

PTB

Excelentíssimo Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

14 / 02 / 2023

Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO DE CC

**169/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica na Estrada do Sanatório, no dia **15/03/2023 às 10:00 horas**. A visita técnica tem a finalidade de averiguar o abandono de animais no local.

Sendo assim, sugiro que sejam convidados:

- Leonardo Maciel – Gerente de Defesa dos Animais
- Guilherme Lana Pimenta - Secretário Adjunto de Meio Ambiente
- Mário Werneck - Secretário Municipal de Meio Ambiente
- Rodrigo Sérgio Prates - Secretário Municipal Adjunto de Segurança e Prevenção
- Crislem Martins - Coordenador da Unidade de Crimes Ambientais Urbanos da Guarda Civil Municipal de BH
- João Antônio Fleury Teixeira - Secretário da Regulação Urbana

**Ponto de encontro:** Rua Josefina Guimarães Vieira, nº 2595, Bairro Jardim Felicidade.

Dessa forma, peço deferimento.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2023

  
**Vereador Wanderley Porto**  
**PATRIOTA**

Excelentíssimo Senhor  
Vereador Ciro Pereira  
Presidente da Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>14</u> / <u>12</u> / <u>23</u>
<u>AGS</u>
Responsável pela distribuição

CHB DIRLEG-14/fev/23-14:42:03-000576-1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

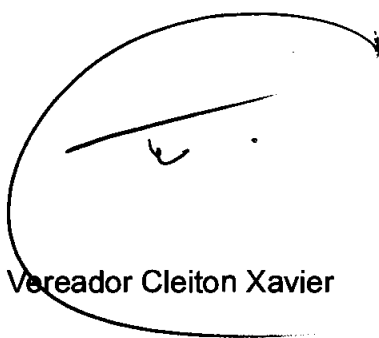
## Requerimento de Comissão

### 170/2023

Senhor Presidente,

Requeremos a esta comissão, nos termos do art. 76 combinado com o art. 82, § 2º, IV, ambos da Lei Orgânica, e do art. 165 do Regimento Interno, sejam convocados João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, e Gilberto Castro, Diretor-Presidente da Belotur, para prestar informações, pessoalmente, sobre a Portaria SMPU 005/2023, no menor prazo regimental possível, em data a ser marcada por esta comissão.

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.



Vereador Cleiton Xavier

Vereador Irlan Melo

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
141 2123
A634
Responsável pela distribuição

CHBH\_DIREG-14/fev/23-15:08:57-000582-1

## Requerimento de Comissão

**179/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 86, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, pedido de informação sobre o projeto de revitalização da Avenida Bernardo Monteiro, nos seguintes termos.

Foi realizada licitação na modalidade de Concurso Nacional de Estudos Técnicos Preliminares de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo para a revitalização do conjunto histórico e paisagístico da Av. Bernardo Monteiro (Edital SMMA Concurso Público n. 001/2019).

Em maio de 2021 foi publicada a homologação da proposta vencedora.

Diante deste histórico, questiona-se:

1. Qual a perspectiva de início e duração das obras?
2. Considerando que a área é tombada, está pendente a autorização por algum órgão para início das obras?
3. Solicito que seja enviado o projeto da proposta vencedora.
4. Considerando que a área está sendo utilizada como depósito por catadores e, constantemente, vem sendo denunciada sua ocupação e acúmulo de lixo, quais medidas preliminares estão sendo tomadas para preservação e desocupação da área?

PROTOCOLIZADO CONFORME:  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 14.02.2023  
HORA: 16:45:37

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2023.

FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por  
FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2023.02.14 16:43:50 -03'00'

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**

**NOVO**

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 14/02/2023 19:54:00 UTC  
Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo 14.02.2023 - Pedido de Informação - Revitalização Avenida Bernardo Monteiro.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo 8898f6f9a2aff9812e03fe652e380a377a23dc5d130adb9300dc0f0a9df77f68  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

▼ BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 14/02/2023 19:43:50 UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
15 102 123  
2/1600  
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

Requerimento de Comissão  
**183/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, c/c art. 48, II do Regimento Interno, seja encaminhado, por meio da Mesa, ao prefeito Fuad Noman, pedido de informação sobre as providências que o Executivo vem tomando para minimizar os problemas de abandono de animais, em decorrência da aprovação da Lei nº 11.585, de 22 de janeiro de 2021.


Este gabinete parlamentar tem recebido inúmeras reclamações de moradores e usuários das vias de nossa capital, relatando o aumento do abandono desses animais, que podem resultar em risco de acidentes de trânsito, além de problemas sanitários, entre outros. Dessa forma questiona-se:

. Há uma política pública, por parte do executivo municipal, na atenção à esses animais que eram utilizados nos veículos de tração, considerando que certamente ocorrerá o aumento do número de animais abandonados em nossa cidade, em consequência da Lei já citada? Caso haja, gentileza enviar a documentação pertinente.

. Caso não haja uma política pública, como questionada o item anterior, o Executivo tem algum planejamento para proteger esses animais abandonados, a população e os usuários do nosso sistema viário?

. Atualmente como o Executivo municipal fiscaliza e onde são, e como são, acolhidos esses animais de tração abandonados?

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023.

  
**José Ferreira**  
Vereador – Partido Progressista

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:  
15/02/23  
1/600  
Responsável pela distribuição

Ao Senhor

**Vereador Ciro Pereira**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana  
Câmara Municipal de Belo Horizonte



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

185/2023

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica na Rua Geralda Antunes dos Santos, esquina com a Avenida Eliseu Resende, no bairro Betânia, Regional Oeste, CEP: 30.590-220, BH/MG, com a finalidade de verificar a viabilidade de implantar uma horta comunitária em parceria com a comunidade local. A referida visita ocorrerá no dia **08/03/2023, quarta-feira**, às **12h** com ponto de encontro na Rua Geralda Antunes dos Santos, nº 175 – Betânia – BH/MG.

A realização desta visita técnica se justifica pois é interesse da comunidade em criar este espaço de convívio social, com a agricultura familiar e economia solidária em um lote vago público localizado no referido endereço.

Sugiro sejam convidados:

NOME	POSIÇÃO	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
Sra. Luciane Carvalhais	Coordenadora Regional Oeste	R. Capina Verde, 593 – Salgado Filho – BH/MG	(31) 3277 7004	<a href="mailto:care-o@pbh.gov.br">care-o@pbh.gov.br</a>
Sr. Leandro César Pereira	Sec. Mun. de Obras e Infraestrutura	R. dos Guajajaras, 1107, Centro, BH/MG	(31) 3277 5010	<a href="mailto:Gabinete.smob@pbh.gov.br">Gabinete.smob@pbh.gov.br</a>
Sr. Josué Valadão	Sec. Mun. de Governo	Av. Afonso Pena, 1212 - 5º andar, Centro - BH/MG	(31) 3277 4001	<a href="mailto:smgo@pbh.gov.br">smgo@pbh.gov.br</a>
Sr. Mario Werneck	Sec. Mun. de Meio Ambiente	Av. Afonso Pena, 342 – 7º andar – Centro – BH/MG	(31) 3246 0590	<a href="mailto:Mario.werneck@pbh.gov.br">Mario.werneck@pbh.gov.br</a>
Sr. João Fleury	Sec. Mun. de Política Urbana	Av. Álvares Cabral, 217 – Centro, BH/MG	(31) 3246 0090	<a href="mailto:smpu@pbh.gov.br">smpu@pbh.gov.br</a>
Sra. Rosilene Rocha	Sec. Mun. de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania	Av. Afonso Pena, 342 – 6º andar – Centro, B/MG	(31) 3277 9997	<a href="mailto:smasac@pbh.gov.br">smasac@pbh.gov.br</a>
Sr. Anderson Alves	Morador	Rua Úrsula Paulino, 1926 – Betânia – BH/MG	(31) 97121 4641	<a href="mailto:1130anderson@gmail.com">1130anderson@gmail.com</a>

Durante a visita técnica, os representantes da Prefeitura deverão apresentar as informações referentes às possíveis soluções e os respectivos prazos de implantação.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2023.

Vereador Wesley  
PP

Proposição Inicial  
Avulsos distribuídos em:

15 1 2 1 2 3  
Responsável pela distribuição

Ao Senhor  
Vereador **Ciro Pereira**  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão RI

**197/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 86, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana, pedido de informação nos termos a seguir aduzidos.

A Lei Municipal n. 9.952/10 institui a Operação Urbana de Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura de Saúde, de Turismo Cultural e de Negócios, visando atender às demandas da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 no Município.

Dentre as medidas estabelecidas pelo Programa, foi previsto o estímulo à atividade hoteleira, com a possibilidade de construção de novos hotéis ou apart-hotéis com 400% a mais do potencial de coeficiente do terreno desde que respeitadas algumas obrigações, tais como:

- protocolo de projeto para aprovação até 31 de julho de 2011;
- previsão de conclusão da obra até 28 de fevereiro de 2014;
- garantia de início do funcionamento do estabelecimento até 30 de março de 2014;
- garantia de manutenção das atividades hoteleiras por um prazo mínimo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão do Alvará de Localização e Funcionamento da atividade;

Diante deste histórico, questiona-se:

1. Quantos estabelecimentos aderiram à Operação de incentivo à atividade hoteleira?
2. Quais os nomes e CNPJs de tais empreendimentos?
3. Os prazos previstos no art. 4º da Lei n. 9.952/10 e que eram condicionantes para a concessão do benefício foram cumpridos por todos os estabelecimentos? Quais não cumpriram e por quê?
4. Qual foi o procedimento adotado para os estabelecimentos que não cumpriram os prazos?
5. Houve cobrança e pagamento de multa? Favor enviar documentos.
6. Foi ajuizada ação judicial em algum dos casos? Quais? Favor indicar os números das ações judiciais.
7. Houve celebração de acordo judicial ou extrajudicial em algum dos casos? Quais? Favor enviar dados correlatos.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2023.

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**  
**NOVO**

**VEREADOR BRAULIO LARA**  
**NOVO**

Ao Senhor  
Vereador Ciro Pereira  
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
17/02/2023
20/5/2023
Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

### 198/2023

Requeiro a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada Visita Técnica no dia **17/03/2023 – 10h15, à – Rua Quatorze, 127 - Bairro Maria Tereza – CEP: 31.873-112, Região Norte da capital.**

Baseado em reclamações de moradores em relação ao abandono pelo Poder Público em questões básicas de ordem sanitária, infraestrutura, drenagem e meio ambiente, urge a necessidade de um olhar conjunto das autoridades nesta visita técnica.

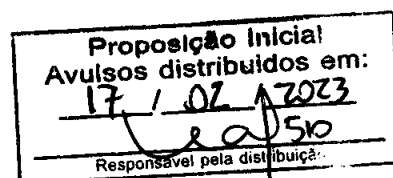
Sugerimos o ponto de encontro à **Igreja São Bento – Rua 8A, 8 – bairro Maria Tereza, às 10 horas.**

Torna-se assim, de extrema importância, a presença das seguintes autoridades e representantes:

- **CARE-N** - Wellington de Souza Silveira
- **COPASA** – Guilherme Augusto
- **GELUN-SLU** - Poliana de Castro;
- **SMMA** - Mário de Lacerda Werneck Neto
- **SMOBI** - Leandro César Pereira
- **SUDECAP** - Henrique de Castilho Marques de Sousa
- **SUPDEC** - Waldir Figueiredo Vieira;
- **URBEL** - Claudius Vinicius Leite.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023.

  
**Vereador Wilsinho da Tabu**  
Partido Progressistas



A Sua Excelência o Senhor  
**Vereador Ciro Pereira**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**199/2023**

Requeiro a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada Visita Técnica no dia **17/03/2023 – 10h45, à Rua Paraíso, 66 - Bairro Capitão Eduardo – CEP: 31.998-685, Região Norte da capital.**

Baseado em reclamações de moradores em relação ao abandono pelo Poder Público em questões básicas de ordem sanitária, infraestrutura, drenagem e meio ambiente, urge a necessidade de um olhar conjunto das autoridades nesta visita técnica.

Torna-se assim, de extrema importância, a presença das seguintes autoridades e representantes:

- **CARE-N** - Wellington de Souza Silveira
- **COPASA** – Guilherme Augusto
- **GELUN-SLU** - Poliana de Castro;
- **SMMA** - Mário de Lacerda Werneck Neto
- **SMOBI** - Leandro César Pereira
- **SUDECAP** - Henrique de Castilho Marques de Sousa
- **SUPDEC** - Waldir Figueiredo Vieira;
- **URBEL** - Claudius Vinicius Leite.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023.

  
**Vereador Wilsinho da Tabu**  
Partido Progressistas

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>17/02/2023</u>
<u>02510</u>
Responsável pela distribuição

A Sua Excelência o Senhor

**Vereador Ciro Pereira**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

### 200/2023

Requeiro a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada Visita Técnica no dia **22/03/2023 – 09h15**, à **Avenida Petrolina, 386 – Bairro Sagrada Família**, CEP – 31030-370 - Região Leste de Belo Horizonte.

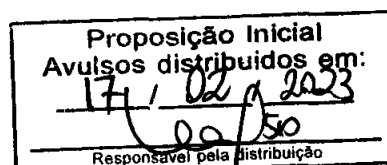
Esta visita técnica tem por objetivo, verificar o estado da árvore cujas raízes estão invadindo o muro da residência em frente ao número supracitado, provocando abalo em sua estrutura, vazamento na rede hidráulica e pluvial, levantamento do passeio, rachaduras na casa e ameaçando o bem-estar dos moradores desta moradia.

Torna-se assim, de extrema importância, a presença das seguintes autoridades e representantes:

- **CARE-L** – Elson Alípio Júnior
- **COPASA** – Guilherme Augusto
- **SMMA** - Mário de Lacerda Werneck Neto
- **SUDECAP** – Henrique de Castilho

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023.

  
**Vereador Wilsinho da Tabu**  
Partido Progressistas



A Sua Excelência o Senhor  
**Vereador Ciro Pereira**

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**201/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica a Associação Comunitária do Lagoa com a finalidade de verificar a situação do terreno e da associação, horta comunitária e a falta de rede de drenagem para o escoamento da água que em tempos chuvosos causa o alagamento do Centro de Saúde Lagoa. A referida visita ocorrerá no dia 08 de março às 13:00 horas com o ponto de encontro em R Antônio Silva, 20, Lagoa, Belo Horizonte.

Sugiro que sejam convidados:

*Sílvio Higino de Rezende – Coordenador de Atendimento Regional Venda Nova –  
(31)3277-7506 – care-vn@pbh.gov.br;*

Belo Horizonte, 13 de fevereiro de 2023.

BRUNO  
ABREU  
GOMES:0625  
15011665

Assinado de forma  
digital por BRUNO  
ABREU  
GOMES:0621501166  
Dados: 2023.02.16  
12:07:09 -03'00'

Vereador Bruno Pedralva

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão

Comissão Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 16/02/23  
HORA 13:49:20



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)**RELATÓRIO**

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 16/02/2023 17:32:02 UTC  
**Versão do software** 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** requerimento\_de\_visita\_tecnica\_associacao\_lagoa.docx (1).pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** 6c7220d2adce84973e426fbf4c54defbad1bb4418968a566c17e5ff6bb94c9b7  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

▼ BR Assinatura por CN=BRUNO ABREU GOMES:\*\*\*150116\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** 16/02/2023 15:07:09 UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

## ▶ Atributos

**Proposição Inicial**  
**Avulsos distribuídos em:**

17/102/2023

Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

## Requerimento de Comissão

**202/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica para averiguar o fechamento e condições do Parque Santa Sofia, no dia 15/03/2022, iniciando às 10:00, ponto de encontro será na Rua Alice nº 197, Bairro Santa Sofia.

Sabe-se que os parques urbanos são áreas verdes que podem trazer qualidade de vida para a população, proporcionam contato com a natureza e suas estruturas e qualidade ambiental. Quando adequadas e atrativas, são determinantes para a realização de atividade física e o lazer.

Sugiro sejam convidados para visita técnica no local e data acima mencionada:

- Sérgio Augusto Domingues, Presidente da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica;
- Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura
- Luciane Carvalhais, Coordenadora de Atendimento Regional Oeste

Por derradeiro, renovo votos de distinta consideração e efetivo apreço a Vossa Excelência.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023



Pedro Patrus  
Vereador do PT

Ao Excelentíssimo Senhor Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>17 / 02 / 2023</u>
<u>20 / 50</u>
Responsável pela distribuição

## Requerimento de Comissão

**219/2023**

Senhora Presidente,

Requeiro à Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. Mário Werneck, Secretário Municipal de Meio Ambiente, pedido de informação sobre o depósito de lixo em um campo de futebol no bairro Nova Gameleira.

Recebemos no gabinete demanda dos moradores do Bairro Nova Gameleira relacionada ao descarte e depósito inadequado de lixo em um campo de futebol, localizado na rua Dom Oscar Romero, próximo ao nº 4, conforme fotos em anexo. Segundo relato dos moradores, parte do campo vem sendo utilizada para depósito de lixo, entulhos de obras, caixas de papelão, o que vem atraindo animais peçonhentos, além de prejudicar o uso do local para a prática de esportes. Diante dessa situação, questiona-se:

1 – O espaço onde fica localizado o campo é área pública ou propriedade particular? Sendo privada, é possível identificar e notificar o responsável? Sendo pública, a área pertence ao Município, ao Estado ou à União?

2 – A PBH tem conhecimento sobre o acúmulo e o descarte inadequado de lixo no local?

3 – Quais medidas já foram tomadas pela PBH para evitar que o local seja utilizado de forma inadequada ou para repressão do descarte irregular?

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 16/02/2023  
HORA: 17:27:18

4 – Há a possibilidade de se instalar um ponto limpo no local?

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2023.

**FERNANDA  
PEREIRA**

**ALTOE:0451989  
8641**

Assinado de forma  
digital por FERNANDA  
PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2023.02.16  
17:16:29 -03'00'

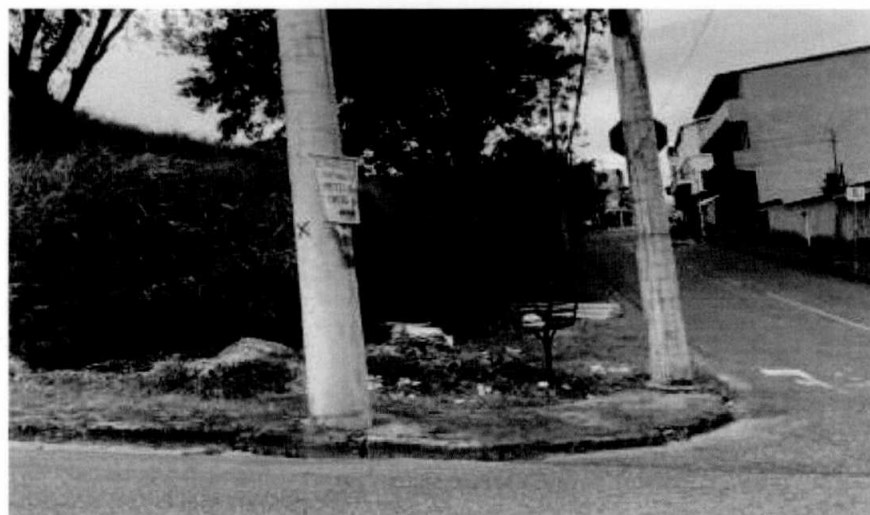
**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ  
NOVO**

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

## ANEXO



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 16/02/2023 17:40:47 BRT  
Versão do software 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo 15.02.2023 - Pedido de Informação - Campo  
B. Nova Gameleira.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo 348af7831a94d904a633857ea31f20eec04d01a5d81  
a85e946f2baaf19797d61  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

## ▼ BR Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 16/02/2023 17:16:29 BRT  
Status dos atributos Aprovados

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

## ▶ Atributos

Proposição Inicial  
Avisos distribuídos em:  
23/2/23  
AGS  
Responsável pela distribuição

Proposição Inicial  
Avisos distribuídos em:  
**SEM EFEITO**  
23/2/23  
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

R 220/2023 Iº

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja realizada a audiência pública **“Não mexa no Plano Diretor”**, no dia **06 de março de 2023, às 13:30h**, na reunião ordinária desta Comissão, com a finalidade de debater a função da Câmara Municipal nas alterações propostas ao Plano Diretor de Belo Horizonte e em seus instrumentos. Para realização da Audiência, solicitamos reserva do Hall da Presidência.

O Plano Diretor de Belo Horizonte, instituído pela Lei Municipal nº 11.181/2019 e com seus instrumentos regulamentados pela Lei 11.216/2020 e nos Decretos 17.272/2020 e 17.266/2020, é a orientação para o desenvolvimento urbano, social e econômico do município, como previsto no art. 185, I da LOMBH. Segundo o Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001 estabelece que o Plano Diretor é o instrumento básico da Política Urbana, instituída constitucionalmente conforme art. 182 §1º CF/1988. A característica do processo legislativo que estrutura o Plano Diretor é baseado na lógica da Gestão Democrática da Cidade, nos termos do Capítulo IV do Estatuto da Cidade, prevendo, portanto, ampla participação popular e com articulação central por meio dos órgãos colegiados.

No caso de Belo Horizonte e do Plano Diretor em vigor, o processo contou com intensa mobilização popular e conformidade com os acordos realizados na IV Conferência Municipal de Política Urbana e do aprovado pelo Conselho Municipal de Política Urbana, órgãos competentes para a elaboração. Nesse sentido, as propostas de alterações que tramitam atualmente nesta Casa, não contam com quaisquer processos semelhantes. Para ouvir o posicionamento popular e técnico, bem como dos órgão responsáveis e competentes para avaliação e implementação do Plano Diretor e seus instrumentos, chamamos esta audiência pública para debater qual a competência da Câmara Municipal e de seus vereadores para alteração no Plano Diretor, bem como qual o impacto e fundamentação para as propostas. Salientamos que essa instância não substitui os demais processos



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

participativos, mas é forma de escuta da população belorizontina quanto ao andamento e posicionamento legislativo.

Dessa forma, requer que sejam convidados para debater o Plano Diretor:

- Conselho Municipal de Política Urbana - COMPUR
- Conselho Municipal de Meio Ambiente - COMAM
- Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG
- Subsecretaria de Planejamento Urbano - SUPLAN
- Deputada Estadual Bella Gonçalves
- Deputada Estadual Macaé Evaristo
- Minha BH
- Salve Santa Tereza
- Mata Jardim América
- Tods por BH
- IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil
- AMA - Associação de Moradores de Belo Horizonte
- Gladstone Otoni - ICPP
- POMAR BH
- Edneia - Movimento Nacional de Luta por Moradia
- MLB - Movimento de Luta pelos Bairros e Favelas
- Deputada Federal Duda Salabert
- Prefeito Fuad Noman Filho
- Coordenadoria Estadual das Promotorias de Habitação e Urbanismo-Promotora de Justiça Marta Alves Lacher
- Defensora Pública Cleide Aparecida Nepomuceno
- Movimento Salve a Mata do Planalto
- Dr. Hércules Guerra- Procurador Geral do Município de Belo Horizonte
- MAMBH- Movimento das Associações de Moradores de Belo Horizonte
- Núcleo dos Sem Casas Santíssima Trindade
- Observatório das Metrôpoles

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2023.





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

*Iza Lourença*

**Vereadora Iza Lourença**

*Pedro Patrus*

**Vereador Pedro Patrus**

*Wagner Ferreira*

**Vereador Wagner Ferreira**

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos animais e Política Urbana.

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>23 1 2 1 23</u>
<u>4699</u>
Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

**230/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica a fim de avaliar a construção de gabião às margens de córrego na rua A, entre as ruas Brumadinho e rua Alvorada.

A referida visita ocorrerá no dia 30 de março de 2023, às 10h, com ponto de encontro na Rua Brumadinho, 36, bairro Vila Ecológica.

A solicitação justifica-se pelo fato de o local acarretar risco à segurança de diversas pessoas que residem próximo ao córrego, principalmente em razão das fortes chuvas ocorridas no ano de 2023.

Sugiro sejam convidados:

- o Exmo. Sr. Josué Valadão, Secretário Municipal de Governo;
- o Exmo. Sr. Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;
- o Exmo. Sr. Henrique de Castilho, Superintendente da SUDECAP;
- a Sra. Lidiane de Souza Monteiro, Coordenadora de Atendimento Regional Oeste.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2023.

IRLAN CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:923607696  
34

Assinado de forma digital por IRLAN  
CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI  
Multipla v5, ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,  
cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
Dados: 2023.02.23 16:40:50 -03'00'

Vereador Irlan Melo  
Líder do Patriotas

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 23.02.2023  
HORA. 16:43:01

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 23/02/2023 19:46:02 UTC  
**Versão do software** 2.11rc5

## ▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** Visita técnica - Gabião Vila Ecológica.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** 26909b9160e3ef60cead94267bcd10a18edd4aac8e9a032cdbea064c813a1af2  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

## ▼ BR Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA

MELO:\*\*\*607696\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** 23/02/2023 19:40:50 UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

## ▶ Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

Proposição Inicial  
Avisos distribuídos em:

241.2.123

Responsável pela distribuição



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº **246/2023**

Senhor Presidente,

Requeiro à comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana nos termos do nos termos do art. 86, I, do Regimento Interno para realização de audiência pública, no dia 29 de março de 2023, no Plenário Helvécio Arantes, às 9 horas, com a finalidade de discutir a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN nº 0100323-73.2023.8.13.0000, proposta pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, que pleiteia a suspensão dos efeitos do art. 86 da Lei 11181/2019, que institui o Plano Diretor de Belo Horizonte. Ainda, a audiência se justifica pela necessidade de discutir o projeto de lei nº 458/2022, que revoga o art. 86 da referida Lei.

O Plano Diretor de Belo Horizonte, instituído pela Lei Municipal nº 11.181/2019 é a orientação para o desenvolvimento urbano, social e econômico do município, como previsto no art. 185, I da LOMBH, e o instrumento básico da Política Urbana, instituída constitucionalmente conforme art. 182 §1º CF/1988. Ressalte-se que o Plano Diretor não é passível de modificações a não ser por participação popular na Conferência Municipal de Política Urbana. Como não existe NENHUMA POSSIBILIDADE de modificação do plano diretor por essa Casa e como qualquer mudança no Plano Diretor exige atuação da prefeitura, o que pretendemos discutir é justamente um conjunto de medidas que não alteram o Plano Diretor, mas que questionam uma inconstitucionalidade e uma ilegalidade dessa legislação.

A lista de convidados será apresentada previamente junto a comissão por oportunidade da deliberação do requerimento pelas comissões acima citadas.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA. 24.02.2023  
HORA. 14:29:44



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte, 23 de Fevereiro de 2023.

MARCELA DE  
LACERDA

TROPIA:12393283  
625

Assinado de forma digital  
por MARCELA DE LACERDA  
TROPIA:12393283625  
Dados: 2023.02.24 14:26:10  
-03'00'

Vereadora Marcela Tropa  
NOVO

Ao Senhor

Vereador Ciro Pereira

Presidente da Comissão Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

### ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 24/02/2023 17:28:40 UTC  
Versão do software 2.11rc5

#### ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo requerimento\_de\_audiencia\_publica\_Plano\_diretor.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo 7b97f5ebe6a3b7d69f45662803ddd96416c1bf2fc5c7c66e98fb9b008eed5ce5  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

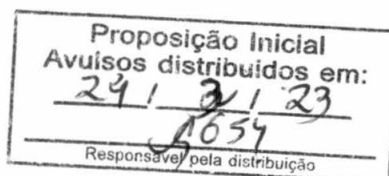
▼ BR Assinatura por CN=MARCELA DE LACERDA TROPIA:\*\*\*932836\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI  
Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

#### ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura 24/02/2023 17:26:10 UTC

#### ► Informações do assinante

#### ► Caminho de certificação



AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



OF. SMGO/DALE Nº 100 /2023

Belo Horizonte, 17 / 02 /2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.658/22** – Autoria da Vereadora Duda Salabert – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 4.957/22, de 27/09/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.658/22, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que solicita informações sobre os serviços de gestão de resíduos recicláveis na região do Barreiro.

Consultada, a Superintendência de Limpeza Urbana - SLU emitiu resposta por meio do OFÍCIO 037/2023/SLU/SMGO, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo

Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL

**OFÍCIO 037/2023/SLU/SMGO**

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2023.

Assunto: **Requerimento de Comissão 1658/2022 – Vereadora Duda Salabert – TAG 353331.**

Senhor Secretário,

Tendo como referência o Requerimento de Comissão 1658/2022, da Vereadora Duda Salabert, em que são solicitadas informações relativas à gestão de resíduos recicláveis na região do Barreiro, seguem nossos esclarecimentos:

*1. Quais os bairros atualmente atendidos pela coleta seletiva porta a porta?*

Na regional Barreiro, o bairro atendido com o serviço de coleta seletiva porta a porta é o Barreiro.

*2. Qual a estimativa de atendimento populacional desta coleta seletiva porta a porta?*

Esse serviço beneficia 9.588 habitantes e 4.453 domicílios.



Ao Senhor

**JOSUÉ COSTA VALADÃO**

Secretaria Municipal de Governo - SMGO

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - PBH

Belo Horizonte – Minas Gerais





3. *Quantas toneladas de resíduos recicláveis foram recolhidas nos primeiros seis meses de 2022, considerando o recolhimento porta a porta?*

Nos primeiros seis meses de 2022, foram coletadas, aproximadamente, 29 toneladas de recicláveis na modalidade de coleta seletiva porta a porta.

4. *Existem quantos pontos de entrega voluntária de resíduos - LEVs?*

Atualmente existem 6 Locais de Entrega Voluntária - LEV na regional Barreiro, conforme descrito no quadro abaixo:

LEV ENDEREÇOS	REGIÃO
AV. AFONSO VAZ DE MELO COM RUA RISOLETA FERNANDES, PRÓXIMO AO HABIB'S - PRAÇA GERALDO MANSUR – BAIRRO ADEMAR MALDONATO	BARREIRO
RUA RISOLETA FERNANDES - PRAÇA GERALDO MANSUR – BAIRRO ADEMAR MALDONATO	BARREIRO
R. VICENTE DE AZEVEDO, 301, ÁREA INTERNA DA GERLU BARREIRO – BAIRRO BARREIRO	BARREIRO
AV. FLOR DE SEDA, PRÓXIMO AO Nº 941 – BAIRRO LINDEIA	BARREIRO
R. BRÁULIO GOMES NOGUEIRA, PRÓXIMO AO Nº 835 – BAIRRO TIROL	BARREIRO
R. AUGUSTO MUNIZ, LADO OPOSTO AO NÚMERO 350 – BAIRRO CARDOSO	BARREIRO

5. *Houve a modernização dos referidos pontos passando a empregar os equipamentos do Ponto Verde?*

Ainda não houve instalação dos Pontos Verdes na Regional Barreiro.

6. *Caso negativo, qual a previsão de implantação dos Pontos Verdes?*

No ano de 2022 foram realizadas vistorias técnicas, em parceria com a BHTRANS, em 45 endereços na regional Barreiro e foram pré-aprovados 14 pontos para futura ampliação. No entanto, a continuidade da substituição e a ampliação do sistema de coleta seletiva ponto a ponto estão vinculadas à aquisição de

novos caminhões coletores automatizados, com recursos previstos em convênio com o Ministério do Desenvolvimento Regional, no Programa Avançar Cidades.

7. *Quantas toneladas de resíduos recicláveis foram recolhidas nos primeiros seis meses de 2022, considerando o recolhimento nos pontos de entrega voluntária?*

A Superintendência de Limpeza Urbana - SLU não apura estes dados separadamente por regional.

8. *Quantas escolas municipais são atendidas pela coleta seletiva porta a porta?*

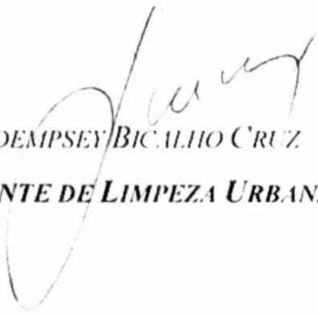
São atendidas 8 escolas municipais na regional Barreiro.

9. *Quantas toneladas de resíduos recicláveis foram recolhidas nestas escolas nos primeiros seis meses de 2022?*

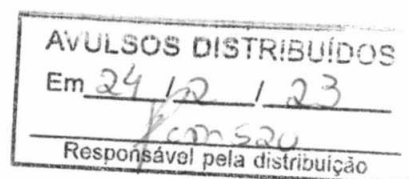
A apuração das toneladas de resíduos recicláveis recolhidas nas escolas municipais não é feita por regional.

Colocamo-nos à disposição para informações complementares.

Atenciosamente,

  
GENEDEMPSEY BICALHO CRUZ

**SUPERINTENDENTE DE LIMPEZA URBANA – SLU**





OF. SMGO/DALE Nº 102/2023

Belo Horizonte, 17/02/2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.942/22** – Autoria da Vereadora Marcela Trópia – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.733/22, de 06/12/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.942/22, de autoria da Vereadora Marcela Trópia, que solicita informações sobre a reforma da Praça das Aves, no zoológico de Belo Horizonte.

Consultadas, a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica e a Secretaria de Obras e Infraestrutura emitiram resposta através do ofício FPMZB/DALE-SMGO Nº 003/2023 e do Ofício SMOBI Nº 28/2023, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL

OFÍCIO FPMZB / DALE-SMGO Nº 003/2023

Belo Horizonte, 13 de janeiro de 2023.

Ref.: Requerimento de Comissão CMBH nº 1942/2022

Prezada Senhora,

A Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, nos termos do que foi questionado pela Vereadora Marcela Trópia, vem assim esclarecer:

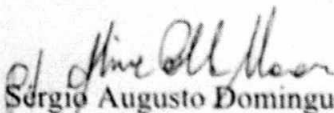
- 1) O Edital SMOBI 091/22 engloba na verdade um restante das obras iniciadas antes de 2017 e que foram paralisadas por diversas questões. Não se trata na verdade de obra, mas sim de reforma no setor de manejo dos animais, essenciais ao bom funcionamento do local;
- 2) As reformas que estão sendo realizadas no local são de extrema necessidade para melhorar o bem estar e cuidado com os animais e a segurança do tratador de animal, para melhor acesso aos recintos/área de manejo. Essa melhoria da estrutura com certeza irá ser contemplada no projeto de concessão agora com a revisão, mas não geram grande impacto uma vez que se trata apenas de finalização do que já estava começado e não altera muito as estruturas, mas trazem mais segurança e eficiência para o trabalho de todos; Quando deu início o projeto de concessão já se tinha em mente essa melhoria, posto que já havia sido feita em parte, sendo apenas finalizada agora;
- 3) É importante esclarecer que não podemos paralisar o bom andamento do Zoológico por conta da concessão que não temos certeza se irá acontecer e quando vai ser concluída. Um processo desses pode demorar ainda mais de ano, considerando a licitação, as impugnações, alterações eventuais, etc. Além disso, temos que considerar a possibilidade de nem aparecer interessados, o que frustraria todo projeto. Como o Zoológico é muito antigo e nunca passou por nenhuma grande reforma, temos que estar atentos e zelar minimamente pela segurança e bem estar de todos ali, o que pode precisar sim de alguma intervenção por parte da PBH até que seja concluído o processo de concessão. O que temos que ter em mente é que tudo que for feito antes e estiver de alguma



forma previsto para o concessionário realizar, será revisto, o edital e contratos prevê mecanismos para isso;

- 4) O processo de concessão já cumpriu todas as fases internas, o que foi finalizado com a consulta pública. Agora estão sendo feitos os ajustes finais no modelo, baseado no que foi sugerido e colhido na consulta. Tão logo seja finalizada a revisão, o edital estará pronto para publicação, o que se pretende até o fim do semestre;
- 5) Como dito no item anterior, o próximo passo é publicar o Edital e aguardar interessados.

Atenciosamente,

  
Sérgio Augusto Domingues  
Presidente

Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica

Ilma Sra.  
Luana Magalhães de Araújo Cunha  
Diretora de Acompanhamento Legislativo-DALE  
Secretaria Municipal de Governo-SMGO  
Nesta





PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

SMOBI N.º 28/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2023.

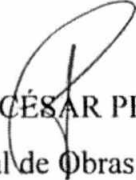
**REF.: TAG 354170**

Prezada senhora,

Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 1942/2022, de autoria da Vereadora Marcela Trópia, que solicita informações sobre a reforma da Praça das Aves, no Zoológico de Belo Horizonte, segue Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI nº 007/2023, da Gerência de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos, da SUDECAP, em resposta aos itens 1 e 3 do referido Requerimento.

Quanto ao item 2, destaco que todas as contratações previstas e em andamento constam no Plano de Obras do Município, com ciência da FMPZ.

Atenciosamente,

  
LEANDRO CÉSAR PEREIRA  
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

À senhora

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo



Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 007/2023

SIPROT 244828

Belo Horizonte, 11 de janeiro de 2023.

À Senhora

Renata Lúcia de Oliveira e Silva

Gabinete da SMOBI

Rua dos Guajajaras 1107, 18º andar, Lourdes – Belo Horizonte – MG

Assunto: TAG 354170 – Requerimento de Comissão Nº 1942/2022 (Fundação Zoobotânica - Praça das Aves e Mamíferos)

Prezada Chefe de Gabinete,

Visando subsidiar resposta da SMOBI ao requerimento em epígrafe, da Vereadora Marcela Trópia, no qual é solicitado "*... pedido de informação sobre a reforma Praça das Aves, no zoológico de Belo Horizonte*".

*"Os questionamentos se fazem necessários uma vez que, a Fundação Parques Municipais e Zoobotânica (FPMZB) e a e a PBH Ativos S.A. estão realizando uma sondagem no mercado para estudo de viabilidade de concessão de unidades de lazer na Pampulha, entre as quais o Jardim Zoológico (que contempla o Aquário da Bacia do Rio São Francisco). Entretanto, o Executivo Municipal publicou um edital no dia 09 de novembro de 2022, para a realização de obras no Jardim Zoológico no valor de R\$ 3.110,511,77 (três milhões, cento e dez mil, quinhentos e onze reais e setenta e sete centavos)"* informamos sobre os itens 1 e 3, transcritos a seguir:

*"1. Qual a destinação das obras previstas no Edital de Licitação SMOBI 091/2022-CC?"*

**Resposta:** O objeto da Licitação SMOBI 091/2022-CC consiste na contratação da terceira etapa da reforma e construção da Praça das Aves e Recinto dos Mamíferos. Tal licitação refere-se ao empreendimento 1988 : P2-S-LAZ-15 : Fundação Zoobotânica - Praça das Aves e Mamíferos que se encontra em execução de obras. Maiores informações poderão ser obtidas através do seguinte link: <https://prefeitura.pbh.gov.br/obras-e-infraestrutura/licitacao/concorrencencia-091-2022>.



fl. 02/03 do Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 007/2023

"3. *Existem mais intervenções previstas até a finalização do processo de concessão?*"

**Resposta:** Após consulta ao Plano de Obras do Município e aos controles de acompanhamento de demandas da Gerência de Controle de Empreendimentos – GECEM/SD e da Gerência de Planejamento Integrado de Empreendimentos – GPLEM/SD, foram identificados no momento, os empreendimentos descritos a seguir:

- 2416 P-S-LAZ-18 Fundação Zoobotânica - Contenção de Foco Erosivo - Setor Extra - Origem da demanda: FPMZB - Status: Em Orçamento de obras. Escopo: Obras de contenção de foco erosivo de grande porte na porção noroeste do terreno do Jardim Zoológico, no chamado setor extra, limdeiro ao córrego Bom Jesus, bem como execução de intervenções de drenagem a ele associadas.
- 2506 P-S-LAZ-19 Fundação Zoobotânica - Recinto dos Elefantes - Reforma - Origem da demanda: FPMZB - Status: Em Andamento de Projeto. Escopo: Substituição dos portões de segurança, acesso e manejo da casa de manobra do recinto, alteamento dos muros internos e externos da casa de manobra, instalação de barreira de proteção nos recintos externos e abertura de acesso entre recintos, melhoria no acesso dos funcionários aos recintos externos, instalação de estruturas de bem-estar animal nos recintos externos, instalação de grades/telas de segurança nos acessos dos funcionários, na manobra, para proteção dos animais e verificação da parte elétrica (iluminação); instalação de cobertura e acesso superior ao brete de contenção e condicionamento dos animais, pintura geral.
- 2583 P-S-LAZ-20 Fundação Zoobotânica - Pátio de Compostagem do Jardim Botânico (Ministério Público) - Origem da demanda: Inquérito Civil MPMG 0024.14.003716-9 e FPMZB - Status: Em Andamento de Projeto. Escopo: Implantação de pátio de compostagem do Jardim Botânico, impermeabilização da área de compostagem da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica de Belo Horizonte bem como a correta destinação dos efluentes líquidos resultantes do processo.
- 2802 P-S-LAZ-20 Fundação Zoobotânica - Seção de Nutrição - Origem da demanda: FPMZB - Status: Em Andamento Projeto. Escopo: Estudos e projetos setor administrativo, refeitório e sanitários; área de recebimento e expedição; estoque frio; área de preparo; biotério; área de enriquecimento ambiental.



fl. 03/03 do Ofício GSTIE-SD/GAB-SMOBI n.º 007/2023

- 2996 P-S-LAZ-20 Fundação Zoobotânica - Parcelamento do Solo - Origem da demanda: FPMZB - Status: O empreendimento encontra-se em avaliação pela equipe técnica para contratação de projeto. Escopo: Processo de parcelamento do solo da área da Zoobotânica, que abriga o jardim zoológico e o jardim botânico municipais, administrados pela Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica, fazendo a divisão entre o terreno ocupado pelos dois equipamentos.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que se fizer necessário.

Atenciosamente,

Reinaldo da Silva Lucas  
Gerência de Suporte Técnico de  
Informações de Empreendimentos  
Arq. Luiz Fernando Andrade de Oliveira – ST2584-5

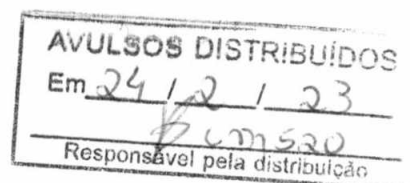
Gerência de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos – GSTIE/SD  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP

De acordo,

Reinaldo da Silva Lucas – ST2690-6  
Gerente de Suporte Técnico de Informações de Empreendimentos – GSTIE/SD  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP

Ricardo Cezar Duarte – ST2455-5  
Gerente do Departamento de Informações e Procedimentos Técnicos – DPIT/SD  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP

Trícia Mota Zandim  
Diretora de Planejamento e Controle de Empreendimentos – DPLC-SD  
Superintendência de Desenvolvimento da Capital – SUDECAP





OF. SMGO/DALE N° 112 /2023

Belo Horizonte, 17 / 02 /2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão n° 2.024/22** – Autoria do Vereador Nikolas Ferreira – encaminhado pelo ofício Dirleg n° 5.913/22, de 20/12/2022.

Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão n° 2.024/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita informações sobre a previsão de realização de obras para regularização do bairro Vila Calafate.

Consultada, a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura emitiu resposta por meio do ofício SMOBI N.º 58/2023, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

  
**Leonardo Amaral Castro**  
Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

SMOBI N.º 58/2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2023.

**REF.: TAG 354343**

Prezada senhora,

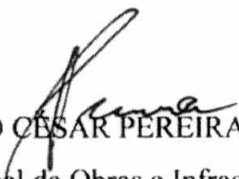
Em atenção ao Requerimento de Comissão nº 2024/2022, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que apresenta pedido de informações sobre a previsão de realização de obras para regularização do Bairro Vila Calafate, informamos que as Vilas Esperança do Calafate (caracterizada como AEIS 2), Calafate e Amizade (ambas caracterizadas como ZEIS 1) são assentamentos que estão contidos em áreas onde serão executadas intervenções pelo Município, impedindo assim a sua consolidação.

As intervenções previstas para a região são aquelas necessárias à implantação da Bacia de Detenção do Calafate.

A Bacia de Detenção do Calafate se constitui em empreendimento de fundamental importância e indispensável à viabilização de um adequado nível de segurança e mitigação do risco de inundações ao longo da calha do Ribeirão Arrudas. Portanto, é fundamental que se assegure a destinação da área prevista para a sua implantação.

Finalmente, esclarecemos que a implantação da referida bacia de detenção, depende de captação de recursos por parte da Administração Municipal, em função do porte dos investimentos necessários.

Atenciosamente,

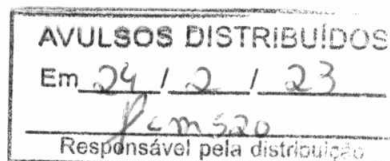
  
LEANDRO CÉSAR PEREIRA  
Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

À senhora

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

Diretoria de Acompanhamento Legislativo

Secretaria Municipal de Governo





OF. SMGO/DALE Nº 115 /2023

Belo Horizonte, 17/02/2023

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 2.049/22** – Autoria do Vereador Nikolas Ferreira – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.991/22, de 27/12/2022.

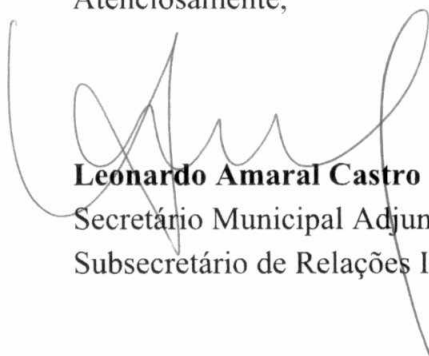
Senhor Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 2.049/22, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, que solicita obter informações sobre as providências tomadas pela Prefeitura para regularizar as áreas que são objeto de invasões e/ou ocupações espontâneas.

Consultadas, a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte e a Secretaria Municipal de Obras emitiram respostas por meio do OFÍCIO 014/2023/URBEL/SMGO-DALE e ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 061/2023, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,



**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereador Gabriel**  
CAPITAL

CHBH\_DIRLEG-23/Rev/23-15:23:35-000730-1



---

**OFÍCIO 014/2023/URBEL/SMGO-DALE**

Belo Horizonte, 20 de janeiro de 2023.

**Assunto: TAG 354405 - Requerimento de Comissão nº 2.049/2022**

Prezados Senhores,

Serve-se do presente ofício para encaminhar manifestação desta Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel acerca do Requerimento de Comissão nº 2.049/22 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana da Câmara Municipal, para os encaminhamentos necessários, tendo em vista o disposto no Ofício GP. EXTER-015/OF, de 3 de fevereiro de 2021.

No expediente em referência, é solicitado informar quais “*são as providências tomadas pela Prefeitura para regularizar as áreas que são objeto de invasões e/ou ocupações espontâneas*”, bem como descrever o procedimento de regularização dessas áreas.

Inicialmente, há de se destacar que tanto o Plano Diretor Municipal, por meio da Lei nº 11.181/2019, quanto a Resolução LII do Conselho Municipal de Habitação – CMH estabelecem que a regularização fundiária dos assentamentos de interesse social será implementada após processos de urbanização dos assentamentos. Senão vejamos:

***Resolução LII do CMH***

*Art. 24 – O Programa de Regularização Fundiária e Edilícia é um conjunto de medidas urbanísticas, ambientais, jurídicas e sociais que tem como objetivo promover:*

*(...)*

*§ 2º - São diretrizes específicas do Programa de Regularização Fundiária e Edilícia:*

*I - Priorizar ações de regularização fundiária de forma articulada à implementação de intervenções urbanísticas;*

À Senhora

LUANA MAGALHÃES DE ARAÚJO CUNHA

**DIRETORIA DE ACOMPANHAMENTO LEGISLATIVO – DALE**

Subsecretaria de Relações Institucionais – SURIN

Secretaria Municipal de Governo – SMGO

Av. Afonso Pena, nº 1.212, 2º andar – Centro

Belo Horizonte – Minas Gerais



***Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019***

*Art. 262 – A regularização fundiária será implementada de forma articulada com outras ações executadas no assentamento precário e quando tenham sido alcançadas as condições de habitabilidade, salubridade e segurança.*

Conclui-se da leitura destes dispositivos que as áreas que são objeto de invasões ou ocupações espontâneas, portanto, que carecem de regularização fundiária, necessitam passar previamente por processos de planejamento e urbanização, além de serem reconhecidas como áreas de interesse social no Plano Diretor Municipal.

Em atenção ao questionamento sobre as providências tomadas para a regularização das áreas que são objeto de invasões e ocupações, a Diretoria de Habitação e Regularização – DHR da Urbel informa que a regularização fundiária das áreas de interesse social é diretriz da Política Municipal de Habitação – PMH do Município de Belo Horizonte.

O Programa de Regularização Fundiária consiste na legalização urbanística e jurídica das áreas de especial interesse social – favelas, conjuntos e loteamentos habitacionais populares, caracterizados no Plano Diretor Municipal como Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS ou como Áreas Especiais de Interesse Social-2 – AEIS-2, ocupadas por população de baixa renda.

Neste passo, a implementação das ações de regularização fundiária nas áreas de interesse social é desenvolvida de forma estrutural e integrada àquelas de caráter urbanístico e de promoção social, em consonância com as diretrizes *i)* do Programa de Regularização de Favelas – PROFAVELA, criado pelo Decreto Municipal nº 4.762, de 10 de agosto de 1984, *ii)* do Plano Diretor do Município, publicado pela Lei nº 11.181/19 e *iii)* da Lei Federal nº 13.465/17.

Importante ressaltar que a realização de intervenções e regularização fundiária em áreas de interesses social estão condicionadas à elaboração de do Plano Global Específico – PGE para as ZEIS e do Plano de Regularização Urbanística – PRU para as AEIS-2, conforme dispõem, respectivamente, os artigos 267 e 286 da Lei nº 11.181/2019.

Os PGE e os PRU contêm estudos integrados das áreas, levantamento de dados, diagnósticos e propostas de intervenções nos âmbitos jurídicos, sociais e físicos, bem como a hierarquização das intervenções. As obras e ações inseridas nos Planos não implicam na existência de recursos já assegurados para sua implementação, mas constituem elementos norteadores na tomada de decisões e na busca dos mesmos junto a outras instâncias.

São consideradas áreas passíveis de regularização, prescindindo da conclusão de urbanização, os assentamentos cujos sistemas viários estejam consolidados, possuam infraestrutura mínima instalada bem como a possibilidade de sua complementação, permitam o acesso direto dos moradores a todos os lotes, apresentem integração com as vias de circulação do entorno, as moradias atendam as condições de habitabilidade e não estejam localizadas em áreas inadequadas à ocupação, em áreas de risco ou em faixas de domínio ou servidão.



Desse modo, após a urbanização, e, conforme diretrizes contidas nos Planos, o processo de regularização é desenvolvido obedecendo as seguintes etapas:

1. Levantamento Topográfico Cadastral;
2. Cadastro Socioeconômico;
3. Elaboração e Aprovação da Planta de Parcelamento;
4. Elaboração de memoriais descritivos;
5. Demarcação urbanística (quando for o caso)
6. Emissão das Escrituras, Títulos de Legitimação Fundiária, Contratos de Financiamento ou Termos de Legitimação de Posse;
7. Registro dos títulos em Cartório.

Atualmente, tem-se priorizado, no trabalho de regularização fundiária, as áreas onde há a possibilidade de transferência da propriedade diretamente aos ocupantes, sendo elas as áreas pertencentes ao Município ou aquelas de propriedade particular onde há a anuência expressa do proprietário na implementação do processo de regularização. Nas áreas particulares, onde não há anuência do proprietário, o Município, tem como diretriz a utilização da demarcação urbanística e, na sua impossibilidade, a indicação para aplicação do instituto da usucapião.

Ressaltamos, por fim, que a implementação das ações de regularização fundiária é estabelecida no Plano de Metas do Governo e de acordo com o planejamento orçamentário do Município.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

CLAUDIUS VINICIUS LEITE  
PEREIRA  
(47733497604)  
AC VALID RFB v5  
Em Sexta-feira, 20 de Janeiro de  
2023 às 12:33



*CLAUDIUS VINÍCIUS LEITE PEREIRA*

**Diretor-Presidente**



**Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 061/2023**

**Ref.:** Demanda TAG 354405 – Requerimento de Comissão nº 2049/2022 - Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana - Informações sobre providências para regularizar áreas que são objeto de invasões e/ou ocupações espontâneas.

**Interessado:** Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) - Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2023.

Prezada Diretora,

Trata-se de solicitação de informações da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), por meio do Requerimento de Comissão nº 2049/2022 da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, nos seguintes termos: "Quais são as providências tomadas pela Prefeitura para regularizar as áreas que são objeto de invasões e/ou ocupações espontâneas? "

Nos limites das atribuições desta Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU, temos a informar o que se segue.

Inicialmente, cumpre destacar que o requerimento de informações da CMBH não especifica se o questionamento se refere a áreas de propriedade pública ou privada. Assim, apresentaremos informações quanto a ambas as situações, a fim de melhor elucidar a questão.

**1 – Ações de fiscalização de áreas públicas**

Dentre as atribuições desta SMPU estão as ações da Subsecretaria de Fiscalização – SUFIS, que tem como fundamentos para o monitoramento das áreas públicas municipais a defesa do ordenamento urbanístico, da indisponibilidade do patrimônio público e do interesse público coletivo e ambiental.

**Ilma. Sra.**

**Luana Magalhães de Araújo Cunha**

**Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE**

**Secretaria Municipal de Governo**

**Avenida Afonso Pena, 1212 - 2º andar - Centro**





Assim, por meio do Decreto Municipal nº 16.888/2018, foi criado o Grupo de Controle e Monitoramento de Áreas Públicas - GCMA, um grupo intersetorial municipal, que, além da Subsecretaria de Fiscalização, conta com a participação das Secretarias Municipal de Fazenda, de Segurança e Prevenção, Procuradoria Geral do Município, Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte e Superintendência de Desenvolvimento da Capital.

Apesar do objetivo principal do grupo ser direcionado à defesa das áreas públicas municipais, a especificidade das ações fiscais referentes ao tema trouxe à tona demandas de grande importância para o Município. De modo a exemplificar essas demandas, percebe-se a defesa da posse de áreas nas quais se verifica investimento financeiro por parte do Município visando a implantação de projetos viários e habitacionais.

A Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte (GCMBH) realiza o monitoramento preventivo, com o auxílio de ferramentas de análise de dados georreferenciados, de 4.683 áreas públicas municipais, de modo ininterrupto. Os locais passíveis de invasão são vistoriados rotineiramente, e caso seja necessária a realização de alguma ação administrativa, a Fiscalização é imediatamente acionada.

A Prefeitura de Belo Horizonte disponibiliza ainda, por meio do Portal de Serviços, serviço específico - Invasão de Lotes, Terrenos e Áreas Públicas - Fiscalização - para que qualquer pessoa denuncie provável invasão de área pública. As demandas referentes à invasão de áreas públicas são enquadradas como de atendimento prioritário pelas equipes de fiscalização.

## **2 – Ações de regularização fundiária**

Em relação às áreas públicas e privadas objeto de invasão e/ou ocupação espontânea que se conformam, ao longo do tempo, em núcleos urbanos informais consolidados, uma vez atendidos os pressupostos legais e previstos no planejamento e orçamento municipal, podem ser aplicados os procedimentos de regularização fundiária, conforme dispõem a Lei Federal nº 13.465/2017 e o Decreto Municipal nº 17.777/2021.



Núcleos urbanos informais consolidados, de acordo com o art. 4º do Decreto Municipal nº 17.77/2021, são aqueles clandestinos, irregulares ou nos quais não foi possível realizar a titulação de seus ocupantes, que estejam ocupados há pelo menos cinco anos e que possuam características urbanísticas e edilícias que indiquem a irreversibilidade do assentamento - especialmente considerando as vias de circulação, equipamentos públicos, serviços públicos e eventuais condicionantes ou impedimentos à ocupação.

O Decreto Municipal já citado, define uma divisão de competências de atuação em seu artigo 6º, indicando como sendo de atuação da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - URBEL as regularizações nas áreas cujo zoneamento seja ZEIS – Zonas de Especial Interesse Social, nos conjuntos habitacionais produzidos no âmbito da Política Municipal de Habitação e no zoneamento AEIS- 2 – Áreas de Especial Interesse Social 2 que apresentem alta vulnerabilidade social e necessidade de intervenções estruturantes. Cabe à Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU a atuação nas regularizações fundiárias de interesse específico e nas regularizações fundiárias de interesse social que não se enquadrem nas áreas de atuação da URBEL.

O procedimento de regularização fundiária de interesse social, denominada Reurb-S, quando realizada a cargo da SMPU, atende às prescrições da Lei Federal nº 13.465/2017, assim como às regulamentações do Decreto Federal nº 9.310/2018 e do já mencionado Decreto Municipal nº 17.777/2021.

As etapas do procedimento da REURB-S são dadas pela Lei Federal nº 13.465/2017, tendo sido especificadas no Decreto Municipal nº 17.777/2021. A seguir serão apresentadas essas etapas, devendo-se ressaltar que antes do procedimento de Reurb-S propriamente dito, conforme se verá, há um extenso processo de planejamento e de política de habitação essenciais para que se efetivem as ações de regularização fundiária dentro dos princípios e diretrizes gerais da Política Urbana, fundada no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Ressalte-se que a necessidade de realização das etapas e a ordem em que elas são realizadas podem variar de caso a caso dependendo das necessidades de cada território.



### **2.1. Ações no âmbito do planejamento e da gestão:**

2.1.1 – Definição dos núcleos urbanos informais que poderão ser objeto da REURB-S. Trata-se de um processo contínuo de planejamento urbano e cuja expressão se dá no zoneamento do Plano Diretor municipal, sempre que ocorre a sua revisão.

2.1.2 – Planejamento orçamentário e operacional da entidade responsável pelo acompanhamento e execução das ações de regularização fundiária. Trata-se de processo da gestão que visa adequar as demandas de regularização às possibilidades efetivas que a Administração Pública tem de atendê-las.

2.1.3 – Desenvolvimento do plano global específico ou do plano de regularização urbanística do núcleo urbano informal objeto da REURB-S. Trata-se de etapa prévia à regularização que visa diagnosticar as características do território, tais como as áreas com risco de ocupação, as vias públicas, as áreas com relevância ambiental, dentre outros aspectos. Desse diagnóstico são extraídas diretrizes e propostas de intervenção no território visando a melhoria das suas condições de habitabilidade e de sua integração com a cidade. O plano também deve indicar as partes do núcleo urbano que são consolidadas, as que podem ser consolidadas com intervenções e aquelas que não poderão ser consolidadas e, por consequência, não são adequadas à ocupação.

2.1.4 – Organização comunitária. É uma ação que se desenvolve continuamente e visa ampliar a participação da população no processo de regularização.

2.1.5 – Implementação das propostas do plano. São as obras de infraestrutura, a construção de unidades habitacionais para reassentamento de famílias, contrapartidas ambientais, dentre outras, pelos órgãos competentes para atuação em cada uma das intervenções.

### **2.2. Etapas no âmbito do procedimento de Reurb-S:**

2.2.1 – Requerimento de classificação e instauração de Reurb-S direcionado à Comissão de Reurb (art. 7º do Decreto Municipal nº 17.777/2021);

2.2.2 – Classificação da Reurb-S pela Comissão de Reurb (art. 8º);

2.2.3 - Instauração da Reurb-S pela autoridade da SMPU;

2.2.4 – Notificação de proprietários e confrontantes da área do núcleo urbano irregular (art. 12);

2.2.5 – Elaboração do projeto de regularização fundiária (art. 18);

2.2.6 – Cadastramento dos beneficiários e elaboração dos títulos;

2.2.7 – Aprovação do projeto de Reurb e emissão da Certidão de Regularização Fundiária – CRF (arts. 27, 28 e 29);

2.2.8 - Registro da Reurb e titulação dos beneficiários (arts. 29, 31, 32 e 33).



Considerando as competências dos demais órgãos do Executivo Municipal relacionados como tema, recomendamos consulta à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel, para que preste também as informações que entender pertinentes.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

João Antônio Fleury Teixeira  
**Secretário Municipal de Política Urbana**



Secretaria Municipal de Política Urbana &lt;smpu@pbh.gov.br&gt;

**Fwd: TAG 354405 - PARA DESPACHAR**

Subsecretaria de Regulação Urbana <sureg@pbh.gov.br>  
Para: Secretaria Municipal de Política Urbana <smpu@pbh.gov.br>  
Cc: Dirlaine Machado <dirlaine@pbh.gov.br>

26 de janeiro de 2023 às 16:35

Prezada Cida Tomaz,

Segue para postar no sistema: Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 061/2023 em resposta à **Demanda TAG 354405** - Requerimento de Comissão nº 2049/2022 - Assunto: Informações sobre providências para regularizar áreas que são objeto de invasões e/ou ocupações espontâneas.

Atenciosamente,

Angela Papa Varela  
Gabinete da Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG  
Av. Álvares Cabral, 217 | 6º andar | Centro | BH/MG  
(31) 3246-0090

| [www.pbh.gov.br](http://www.pbh.gov.br) | [www.pbh.gov.br/regulacaourbana](http://www.pbh.gov.br/regulacaourbana)**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

*Aviso Legal - Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, sob pena das ações administrativas, cíveis e penais cabíveis. Caso entenda ter recebido esta mensagem por engano, por favor, apague-a, bem como seus anexos, e avise imediatamente ao remetente. Este ambiente é monitorado. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informa fazer uso pleno do seu direito de arquivar e auditar, a qualquer tempo, as mensagens eletrônicas e anexos processados em seus sistemas e propriedades, com esta declaração eliminando, de forma explícita, clara e completa, qualquer expectativa de privacidade por parte do remetente e destinatários.*

Decreto Municipal nº 15.423/13

----- Forwarded message -----

De: **Joao Antonio Fleury Teixeira**  
Date: qui., 26 de jan. de 2023 às 16:18  
Subject: Re: TAG 354405 - PARA DESPACHAR

De acordo



**OF. 061-2023 - PEDIDO DE INFORMAÇÃO - TAG 354405 (1).pdf**  
237K

